

A CRISE ESTRUTURAL DO CAPITAL E AS TENDÊNCIAS SUBJACENTES ÀS POLÍTICAS SOCIAIS NO BRASIL

LÉLICA ELIS PEREIRA DE LACERDA¹

Resumo:

O presente trabalho se trata de um estudo bibliográfico de autores marxistas que debatem a crise do capital e os seus rebatimentos no Brasil para entendermos quais são as tendências, desde a base econômica, que rebatem sobre a dinâmica do Estado e que regem, portanto, as Políticas Sociais na atual conjuntura. O que se constata é que a dinâmica da acumulação flexível que emerge do imperialismo diminui a margem de atuação dos Estados-nação e comprime a capacidade de proteção social do estado burguês, notadamente do capitalismo dependente que, na periferia, encontra-se em reversão neocolonial.

Palavras-chave: sociedade mercantil; crise estrutural do capital; reversão neocolonial.

Abstract:

The present work is a bibliographical study of Marxist authors who debate the crisis of capital and its repercussions in Brazil in order to understand which are the trends, from the economic base, which rebound on the dynamics of the State and which govern, therefore, the Social Policies in the current situation. What can be seen is that the dynamics of flexible accumulation that emerges from imperialism reduces the margin of action of nation-states and compresses the social protection capacity of the bourgeois state, notably dependent capitalism, which, on the periphery, is in neocolonial reversal.

Keywords: mercantile society; structural crisis of capital; neocolonial reversal.

1. INTRODUÇÃO

A dinâmica das políticas sociais, enquanto mediação de segunda ordem do capital, está relacionada a totalidade da produção e reprodução social e, portanto, é configurado pelo estágio da luta de classes e os interesses antagônicos existentes na sociedade. Ela garante acesso a bens e serviços aos cidadãos para além das relações mercantis, mas repondo as leis de mercado.

Diante do turbilhão de acontecimentos históricos nos últimos anos, mostrando o aceleração do tempo típico de processos de transição histórica, pretendemos delinear os aspectos macrossociais mais fundamentais da determinação dos fenômenos do cotidiano profissional da execução de políticas sociais na atualidade para elucidar: a. por qual transição histórica passamos e; b. os limites que a conjuntura impõe a capacidade de regulação social do Estado e, portanto, às políticas sociais.

¹ Lélica Elis Pereira de Lacerda. Professora Doutora do Departamento de Serviço Social da UFMT. E-mail: lellica.lacerda@ufmt.br

Neste estudo bibliográfico, defenderemos que a crise do capital explode no cotidiano da vida humana enquanto crise civilizatória neste início de século XXI. Sustentaremos tal posição pautadas na análise da crise do capital realizadas por Harvey (1992; 2014) e Mészáros (2009;2011). Para explicar de que tipo de transição histórica passa o Brasil no sentido de uma reversão neocolonial, nos pautamos em Fernandes (2005;2000), Prado Júnior (2000) e Sampaio Júnior (2005); o que servirá também para denotar os limites da capacidade de regulação da economia e da vida social por parte do Estado-nação burguês.

2. DO QUE FALAMOS QUANDO FALAMOS DA CRISE DO CAPITAL?

Enchentes, furacões, atentados, guerras, pragas, pandemia... a realidade a nossa volta dá conta de que atravessamos uma crise civilizatória que, poucos sabem, é expressão da crise do sóciometabolismo capitalista, pautado na exploração humana. A leitura de Mészáros (2009; 2011) deste contexto é que a crise societária é uma crise da totalidade do modo ser viver humano organizado pela exploração capitalista e se expressa enquanto crise ambiental, política, estética, ética; como também da crise econômica que nos coloca, no ano de 2023, na antessala de uma III Guerra Mundial, num conflito imperialista entre EUA e China.

Contradições de um modo de produção que torna a vida humana insustentável porque a força motriz de suas relações é a acumulação de riqueza, independente das consequências. A crise se trata, portanto, de uma construção histórica, fruto de decisões históricas tomadas hegemônica pela classe burguesa entorno da sustentação da propriedade privada.

Entendemos que todas essas dimensões são expressões distintas de um mesmo fenômeno: a crise estrutural do capital que denota, conforme Mészáros (2009), que estamos num impasse histórico: em plena vivência da barbárie que só promete se aprofundar, ou construímos uma revolução socialista capaz de colocar as necessidades humanas e ambientais no centro econômico ou estamos fadadas a nos extinguir enquanto espécie porque os limites absolutos do capital nos leva a conflitos ambientais e bélicos insustentáveis – eis que chegamos aos limites absolutos do capital que cria uma crise civilizatória que só tem saída para além do capital.

Para o autor, vivenciamos um período distinto ao que analisou Marx, posto que este analisou o capital num momento de emergência das relações capitalistas; hoje vivenciamos sua dinâmica de falência em que tudo o que lhe é produtivo se torna

destrutivo e torna a destrutividade produtiva, colocando as guerras como mecanismo fundamental de superação da crise de acumulação:

No desenvolvimento das forças produtivas advém uma fase em que surgem as forças produtivas e meios de intercâmbio que, no marco das relações existentes, causa somente malefícios e não são mais forças de produção, mas forças de destruição (MARX apud MESZÁROS, 2009, p.191).

Vamos aos pontos da crítica da economia política burguesa que nos viabiliza compreender a natureza da crise civilizatória que atravessamos.

2.1. Sociedade mercantil: a sociedade da exploração e das crises

Como pode a cada ano os capitalistas obterem lucros maiores e ainda assim proclamarem que a economia está em crise? Muito se alardeia entorno da crise, mas pouco se explica. Neste subtópico, portanto, vamos demonstrar que a sociedade mercantil é a sociedade de crises cíclicas do capital, que se funda a partir da propriedade privada dos meios de produção e do trabalho assalariado, numa economia de mercado em que a circulação de riqueza se dá intermediada pelo dinheiro; mas estamos falando, englobando e também para além das crises cíclicas, a compreensão da crise estrutural do capital situa o debate, conforme Mészáros, na análise do sóciometabolismo capitalista num período de declínio em que toda sua produtividade se torna destrutiva e sua destrutividade, produtiva.

Marx (2013) evidencia que a célula da sociabilidade capitalista é a mercadoria. Tudo o que possua um valor de uso para o ser humano acaba, na economia de mercado, ganhando valor de troca, tornando-se mercadoria.; ou seja, o valor de uso assume também um valor de troca que, à medida que a sociabilidade capitalista se firma, vai tomando centralidade nas relações econômicas.

Na troca mercantil, o papel inicial do dinheiro era viabilizar a troca de mercadorias; porém, seu acúmulo nas mãos de poucos criou condições do dinheiro se tornar o mais importante meio de acumulação, já que este excedente passa a ser investido em mercadorias para se ganhar mais dinheiro e não mais trocar mercadorias com valores de uso distintos para suprir necessidades distintas.

Com o desenvolvimento da produção mercantil e a com a intensificação da divisão social do trabalho, o valor de troca se sobrepõe ao valor de uso e a acumulação de excedente passa a ser a força motriz da produção econômica.

Marx (2013) explica que a igualdade formal burguesa é abstrata, já que, através do assalariamento, o trabalhador tem a impressão de que recebe pelo seu trabalho;

mas, nas relações concretas, a tristeza ao olhar o holerite deixa evidente ao trabalhador que existe, conforme o autor, o tempo de trabalho não pago pelo empregador, ou seja, a extração da mais-valia, única fonte de lucros burgueses.

Assim, descobre o autor que nas relações mercantis a classe trabalhadora será reduzida da condição humana à condição de mercadoria força de trabalho: vendemos nossa capacidade física e intelectual para o trabalho; somos uma mercadoria especial: a única capaz de produzir riqueza (valor), sendo fundamental ao processo de valorização do capital.

Esse processo de exploração fica subjacente ao conceito abstrato de igualdade formal e cidadania e omite-se as desigualdades concretas das relações de classe que tem na exploração dos trabalhadores os lucros burgueses; em que quem os donos dos meios de produção concentram em si cada vez mais meios de produção e a riqueza produzida pelos trabalhadores; estes, por sua vez, conforme o autor, por mais que sejam os que produzem a riqueza, vivem sempre empobrecidos pela exploração que recai sobre si, escondida no assalariamento.

Este empobrecimento dos trabalhadores traz consequências ao capital. Isso porque para o acúmulo de capital não basta produzir mercadorias produzidas em tempo não pago; elas precisam ser vendidas; portanto, é no consumo que se realiza a mais-valia. O empobrecimento da classe trabalhadora cria entraves ao consumo de mercadorias e a realização de mais-valia (idem, 2013).

Uma solução está no uso de tecnologias (extração de mais-valia relativa) para se ampliar a produção, na medida em que se reduz o tempo de trabalho socialmente necessário para a produção de mercadorias. Com isso, as trabalhadoras produzem mais no mesmo tempo, o que permite a redução do valor da mercadoria, viabilizando que se amplie o consumo e se ganhe em competitividade no mercado; além de baratear o preço da força de trabalho, já que os itens necessários a sobrevivência da classe trabalhadora terão seu valor reduzido pela tecnologia. Com o desenvolvimento tecnológico se torna possível ampliar o consumo do trabalhador, mesmo que se esteja achatando seus salários; mas esta compensação não resolve o problema da superprodução para além da capacidade de consumo da sociedade; nem contrapõe o processo de empobrecimento de quem trabalha.

Mas há outro entrave que surge, conforme Marx (2013): se a mais-valia é tempo de trabalho roubado implícito nas mercadorias, com a redução do tempo socialmente necessário para a produção de mercadorias, cada mercadoria terá menos

mais-valia implícita a ela, levando a tendência da queda da taxa de lucros. Isso pressiona o capital à uma tendência de queda da taxa de mais-valia que impõe a necessidade de vender mais para realizar a mesma taxa de mais-valia anterior.

O capital, portanto, é um dinheiro que precisa ser investido para se ampliar, numa ampliação sem limites. Marx denota que de tempos em tempos, de tão valorizado e sofrendo de suas contradições internas, o capital passa por dificuldades de encontrar investimentos lucrativos capazes de garantir a ampliação de lucros e passa por crises que são de superprodução; não de escassez. Por isso, as crises de superprodução são cíclicas e inerentes ao capital; tendendo a explodir após períodos de expansão do capital, já que quanto maior sua soma, maiores são suas dificuldades de se ampliar.

2.2. A Crise Estrutural do capital

Vivenciamos um período histórico em que as relações mercantis se tornam insustentáveis pela própria dinâmica interna do capital. A partir de 1970 o crescimento da economia mundial não consegue mais assegurar as necessárias taxas de lucros do capital, sempre em expansão. Este cenário traz particularidades a crise do capital que se torna perene.

Mészáros (2009;2011) argumenta que na fase decadente do capital todo o seu potencial produtivo se torna destrutivo e que a destrutividade se torna produtiva. Isso porque a conexão dialética necessária entre produção-consumo-necessidade se perde e se impõe formas de consumo e produção destrutivas porque são pautadas em necessidades artificiais do capital que se sustentam por um profundo irracionalismo que passa a reger a vida coletiva sob os ditames do capital que incontrolavelmente precisa de mais lucros.

Vivenciamos um período em que a exploração humana e ambiental dão nítidos sinais de esgotamento e as soluções forjadas são de mais capitalismo por medidas regidas pela irracionalidade e destrutividade do capital monopolista.

Conforme Mészáros (2009), a destrutividade é despertada pela taxa decrescente de lucros do capital, fruto da tendência de queda da taxa de lucros que é consequência do aumento da produtividade do capital; e se expressa tanto nas relações ambientais quanto humanas. No plano da crise ambiental, existem expressões inequívocas, como os crimes ambientais da VALE no Estado de Minas Gerais, as queimadas no pantanal, o degelo das calotas polares, etc.

Nas relações humanas, o autor destaca o problema do desemprego estrutural. Em virtude do avanço tecnológico desconectado da libertação da humanidade no mundo do trabalho (transformando a redução do tempo socialmente necessário de produção em tempo livre), a consequência é a ampliação do desemprego estrutural e a precarização estrutural do mundo do trabalho, sem precedentes, gerando uma verdadeira crise social; num contexto em que negros, mulheres, indígenas, LGBTs e demais atores sociais da classe trabalhadora clamam por igualdade substantiva que se tornam cada vez mais abstratas no bojo das relações capitalistas em crise.

O ponto fraco do capital, revela Marx (2011), é que quanto mais capital se torna produtivo, menos mais-valia tem a extrair das mercadorias, havendo a necessidade de se vender maior número de mercadorias. Por outro lado, a concentração de capital leva ao empobrecimento generalizado, o que acarreta num descompasso entre produção e consumo, gerando crises de superprodução. A destrutividade do capital se refere, portanto, a formas insustentáveis de burlar a crise de superprodução.

Em conformidade com Marx (2011), Harvey (1992) explica que a tendência à superprodução é ineliminável ao capital e para contê-la, absorvê-la ou administrá-la (para não ameaçar a ordem) existem alguns mecanismos, como o subsídio ao consumo via políticas sociais, a queima de capitais, a obsolescência programada de mercadorias, subsunção das economias periféricas a dos países centrais para aquisição de commodities e bens de consumo barateadas, etc.

Por mais que o capital tenha se lançado de inúmeros mecanismos, no fim da década de 1970 explode uma nova crise de superprodução, porém, desta vez já não podia mais ser contida no plano da economia real, porque a sanha de lucro do capital é maior do que aquilo que efetivamente pode ser produzido (por limitações ambientais e de produtividade). Então, explica Harvey (1992) que é no bojo da economia financeira que o capital passa a ser a encontrar medidas para burlar a crise de superprodução e impõe ao mundo o padrão de acumulação flexível.

Incapaz de fazer a economia crescer a ponto de suas necessidades de taxa de lucros, o capital passa a ser incapaz de conjugar crescimento dos seus lucros com melhoria da condição de vida das trabalhadoras. Isso porque a ampliação da taxa de mais-valia passa a estar centralmente associada a intensificação da exploração da classe trabalhadora na medida em que lhe tolhe direitos, achata seus salários e torna a força de trabalho uma mercadoria ainda mais barateada.

Por isso, toda proposta de “modernização” das relações de trabalho tem sido o desmonte de direitos trabalhistas para intensificação e extensão da jornada de trabalho; e o achatamento salarial; tudo isso para viabilizar meios de exploração do trabalho e alavancar a extração de mais-valia pela deterioração das condições de trabalho mesmo que o crescimento econômico seja pífio.

Degrada também as condições de vida da família trabalhadora na medida em que o fundo público, ora revertido em algum tipo de subsídio salarial pela oferta de serviços públicos, gira-se para suprir a gana de lucros bancários que, via juros da dívida pública, toma para si o maior percentual dos gastos públicos.

Assim, se erige uma sociedade deformada em que bancos são mais importantes que escolas e hospitais e os lucros privados de meia dúzia de banqueiros internacionais seguem sendo mais importantes que a educação e saúde pública de um povo, aconteça o que acontecer!

O capital fictício se vincula, portanto, a um tipo de acumulação flexível que imprime diversos mecanismos de burla da tendência de queda da taxa de lucros dos negócios dos grandes monopólios enquanto comprime a condição de vida das trabalhadoras. O autor explica que esta forma de acumulação viabiliza o deslocamento espacial e temporal como mecanismos de contratendência de queda da taxa de lucros.

A primeira questão a ser trazida é que o capital financeiro permite o deslocamento temporal da economia: contornando os limites presentes do mercado, o capital fictício é um dinheiro sem lastro que permite especular sobre a mais-valia do presente e futura, tornando possível absorver parte do excedente do presente em ações que realizam hoje a mais-valia futura em jogatinas especulativas que fazem com que as expectativas de lucro sejam muito maiores do que o tamanho da economia real. Então, por vezes o dinheiro especulado não consegue seu lastro na economia real e neste choque explodem crises conjunturais cada vez mais intensas.

Harvey (1992) nos permite compreender que a partir da crise de 1970 os juros bancários tornam-se imprescindíveis para burlar a crise de superprodução. Os juros bancários funcionam como uma bomba que retira dinheiro de todas as transações econômicas do mundo, pautadas na mais-valia presente e futura.

Assim, os bancos se tornam o 1% mais rico do mundo num mercado capitalista que se mundializa, capitaneado pelo setor financeiro, de forma sem precedentes com o desenvolvimento das tecnologias de informação, dos meios de transporte e

comunicação, viabilizando maior mobilidade espacial ao capital. E isso remete ao segundo tipo de deslocamento promovido pelo capital financeiro: o deslocamento espacial.

Isso significa que ele pode se deslocar para qualquer parte do globo para encontrar as melhores condições de extração de mais-valia, o que dá imensos poderes ao capital que agora não precisa respeitar nenhum limite e viabiliza a imposição da precarização total do trabalho; pode ainda reciclar tecnologias obsoletas transferindo-as do centro para a periferia do sistema (Marini, 2005). Assim, o deslocamento espacial permite novas configurações de extração de mais-valia absoluta e relativa pelo mundo, para além da capacidade de controle dos Estados-nação (idem, 1992).

Isso porque este deslocamento permite, como contratendência da queda da taxa de lucros, baratear o investimento em capital fixo, na medida em que pode encontrar nas distintas fontes de matérias-primas do mundo um lugar onde se possa ter acesso a elas de forma barateadas; bem como reduzir o investimento em capital variável, conforme possa se instalar onde a força de trabalho for mais barata.

Harvey (2014) explica ainda que o deslocamento de capital pode criar ou destruir regionalidades para realizar lucrativamente o seu excedente. Por exemplo, pode investir excedente para construir rodovias, aeroportos, etc. e criar melhores condições de a médio prazo realizar seus negócios em determinada localidade; ou retirar seus investimentos de modo a devastar a economia de alguma região.

Há também a correlação dos juros bancários com os ditames de construção desta regionalidade. A dívida pública cria a relação entre estados credores e devedores. Trata-se de uma conta impagável que passa a ser utilizada para dominação tanto econômica (percentual significativo do fundo público dos Estados-nação vão diretamente para os cofres de imensos oligopólios financeiros) como política. Isso porque, diante do endividamento, são os grandes bancos que ditam os rumos fundamentais dos estados-nação

Assim, na atualidade os juros bancários são mecanismo fundamental de imposição de ações neocoloniais do centro do capital a periferia do sistema. Harvey (2014) defende que a crise de 2008-9 irá colocar em xeque a hegemonia estadunidense no mundo e está decadência obriga os EUA abandonar a postura de defensores da liberdade e democracia que herdaram da II Guerra mundial na oposição ao nazismo.

Passa, a partir do governo Bush, a praticar medidas ainda mais belicosas e autoritárias sobre o mundo, pautados num projeto econômico ultraliberal, sustentado por uma ideologia neoconservadora numa guinada autoritária do capital que reativa ações neocoloniais.

Isso porque a crise impõe conjugar a reprodução expandida de capital com ações de espoliação que servem como medidas de contra-tendência de queda da taxa de lucro do capital, na medida em que se apropriam de matérias-primas, fundos públicos, etc. O autor defende, portanto, que os elementos descritos por Marx (2011) em “A assim chamada acumulação primitiva” são reativados pela crise do capital. Afirma o autor que irá alterar o nome de acumulação primitiva para acumulação por expropriação para evitar esta ideia de que se trate de um processo passado, originário; ao contrário, configura a própria dinâmica da relação centro-periferia em tempos de decadência do capital: se utilizar do uso da força das leis e das armas do Estado para impor a “expropriação de terras comuns”, sejam elas terras produtivas, minas de metais preciosos, rios e florestas; ou empresas públicas, serviços públicos ou fundo público.

O capital predatório da atualidade sob a supremacia estadunidense abandona discursos humanitários para praticar medidas de espoliação neocoloniais em toda a periferia capitalista. A divisão internacional do trabalho se acentua entre centro e periferia e o processo de subjugação política e econômica se intensifica tanto entre o grande capital e os Estados-nação quanto na relação entre burguesia internacional e elites nacionais.

Por isso, no próximo tópico vamos defender, conforme Sampaio Júnior (2005), que os rebatimentos da crise estrutural do capital no Brasil desencadeiam um processo de reversão neocolonial, cujos efeitos já podem ser sentidos: uma profunda reestruturação autoritária do Estado; a precarização estrutural do mundo do trabalho com a regressão dos direitos trabalhistas, conforme nos releva ANTUNES (2018); a intensificação da segregação social pautada nas relações raciais e da ampliação da subordinação do Brasil aos interesses internacionais, particularmente aos EUA.

2.3. Os Impactos da crise estrutural no Brasil: reversão neocolonial

As transformações que a atual crise do capital traz para a América Latina não é transitória e a perda de direitos que acumulamos não é temporária; ao contrário, são mudanças estruturais que, a dentro dos marcos do capital, vieram para ficar e se

aprofundar enquanto tendência. Estamos passando por um processo de rebaixamento das condições de vida dos trabalhadores em escala planetária, mas que te rebatimentos mais dramáticos na periferia do capital.

Através de Marx (2011), Cesáire (2016), Gorender (2016) é possível entender que a lógica mercantil nasce na Europa enquanto fazia das terras além-mar de América. A lógica de ganhar dinheiro através de mercadorias é constituída pela acumulação primitiva que viabilizou o desenvolvimento de forças produtivas na Europa pela pilhagem das Américas.

Gorender (2016) afirma que a inserção da América Latina no mercado mundial na condição de escravismo colonial por se dar de forma subordinada ao fomento do desenvolvimento industrial europeu. A escravização das nossas trabalhadoras se fez necessária para baratear o preço das commodities para ampliar os lucros das indústrias nascentes. Além disso, como demonstra Williams (apud Honor, 2015) os grandes banqueiros de hoje são os traficantes de escravos de ontem, que mantinham entre metrópole e colônia o mercado triangular.² Importante perceber, portanto, que esta elite que passa a se constituir no mercantilismo europeu por meio do processo colonial gera uma América Latina escravista colonial.

Na América Latina, portanto, o capitalismo se ergue a partir do escravismo colonial que, conforme Gorender (2016) se pauta no Latifúndio, monocultura e trabalho escravo para a produção de commodities na condição de mercadoria para a agroexportação.

Neste processo decorrente do processo colonial, explica Quijano (2020) que o racismo funcionou como uma tecnologia capaz de lançar corpos não-brancos (no caso brasileiro, negro e indígena) às mais intensas condições de exploração. Isso porque aos brancos cabe a condição de mercadoria força de trabalho, que consiste na venda do tempo de uso das capacidades física e mentais do trabalhador; fora do trabalho, a trabalhadora é dona de si.

No escravismo colonial, as trabalhadoras escravizadas eram rebaixadas a condição de instrumento de trabalho falantes, propriedade do senhor de escravos que tinha sobre elas inclusive o poder sobre suas vidas. O racismo, portanto, promove a

²No comércio marítimo triangular, a Inglaterra –bem como França –fornecia o navio e os produtos de exportações; a África, a mercadoria humana; as matérias-primas coloniais. O navio negreiro saía da metrópole com uma carga de artigos manufaturados. Estes eram trocados com lucro por negros na costa da África, os quais eram vendidos nas fazendas com mais lucro, em troca de uma carga de produtos coloniais (commodities) que seriam levados de volta ao país de partida. (WILLIAMS apud HONOR, 2015, p. 90)

desumanização formal das trabalhadoras que são elas, em sua existência, coisificadas.

Conforme o autor, desde o colonialismo os trabalhadores brancos eram assalariados enquanto negros foram escravizados e, por mais que a transição ao capitalismo tenha suprimido o escravismo, o imperialismo se utiliza nas américas da desumanização formal da humanidade de negras e indígenas para imprimir maior nível de exploração, colocando-os numa tendência de não pagamento.

Davis (2016) explica ainda que o patriarcado incide fortemente sobre os corpos das mulheres nas américas, mas de forma distinta entre negras e brancas. Ambas terão por objetivo assimilar o trabalho reprodutivo enquanto trabalho não pago e invisibilizado de modo a baratear os custos de reprodução social. Porém, as brancas se localizam na condição de mães dos herdeiros dos patriarcas brancos e são, portanto, coisificadas na condição de objeto sexual que inspira cuidados e responsabilização; já as mulheres negras eram exigidas tanto quanto os homens no papel de força de trabalho; e a objetificação sexual que sobre elas recai é o do uso irresponsável para o mero prazer e domínio dos corpos.

Tais traços coloniais serão modernizados, mas não superados, já que, conforme Fernandes (2005), a revolução burguesa no Brasil ocorreu sem qualquer ruptura radical a partir dos de baixo; numa revolução passiva que transforma radicalmente as relações econômicas sem significativa alteração das relações sociais, nem para dentro (relação elite branca e escravizados negros), nem para fora (relação de subalternidade da elite nacional a internacional). No lugar de uma nação brasileira autônoma sob os ditames de uma burguesia nacional forte, ergue-se, ao contrário, uma burguesia subordinada, configurando-se num capitalismo dependente.

Para Fernandes (2005), Ianni (1986), Gorender (2016), e tantos outros, a revolução burguesa no Brasil é um complexo processo histórico promovido sob a hegemonia das elites brasileiras que se inicia com a independência do Brasil em relação a Portugal, passa pela abolição da escravatura, a proclamação da república e transição do trabalho escravo ao assalariado, a constituição de um mercado interno sob o processo de industrialização, etc.

Prado Júnior (2000) nos chama atenção de que o Brasil se ergue do processo colonial apresentando três questões não resolvidas: a sociedade dos negócios privados se coloca acima do projeto de nação brasileira; numa sociedade que se ergue sem reparações com o passado escravista que mantém profunda segregação social

(que podemos situar como fruto da divisão racial do trabalho) marca a formação da classe trabalhadora brasileira; além de uma profunda dependência do Brasil ao imperialismo; processos que impedem que o país, enquanto nação, institua seus fins e construa seus meios.

Além disso, cumpre ressaltar que para o autor, a emergência de uma burguesia brasileira por um processo de industrialização nacional foi abortado. Segundo ele, a crise de 1929 pôs fim a tão aparentemente consolidada economia cafeeira e trouxe a ordem do dia a questão da revolução brasileira: a consolidação de um Estado-nação brasileiro com uma indústria e burguesia nacional independente ou seu retorno ao colonialismo. Vargas caminhou no sentido de buscar consolidar um parque industrial brasileiro e uma burguesia nacional dando sinais de que o Brasil gestaria seu sonho de autonomia.

Já no governo JK, a abertura a investimentos externos limitou a industrialização nacional tornando nosso processo de industrialização submetido ao capital internacional. Em vez do fomento de indústrias nacionais para prover o consumo interno, foram as indústrias internacionais que se instalaram aqui num processo de substituição de importações.

Sem resolver os impasses da revolução brasileira, Fernandes (2000) nos chama atenção de que diante de tais dilemas, as nossas elites impuseram uma terceira via por meio do Golpe de 1964: um processo de contrarrevolução permanente, de modo que o Brasil não concretiza o projeto nacional, mas também não reverte a economia brasileira a bases coloniais; conclui no Brasil a instauração de uma sociedade capitalista, sem se constituir, porém, um projeto de nação brasileira.

A partir de 1980, diante das contradições da acumulação flexível, o congelamento da contrarrevolução permanente começa a ceder. Segundo Sampaio Junior (2005), a globalização dos negócios tende a provocar um processo de reversão neocolonial nos países que fazem parte da periferia do sistema capitalista mundial.

Por mais que nos anos 1980, após décadas de luta democrática contra a ditadura militar, a classe trabalhadora brasileira tenha conquistado a Constituição Federal mais avançada de sua história, a América Latina passa a sofrer pressões imperialistas com sua agenda neoliberal que, conforme Harvey (2014) será um mecanismo de acumulação por espoliação do imperialismo sobre nós; um processo exploratório que será mistificado como modernização econômica.

Tal mistificação sustenta que a adesão ao receituário neoliberal permitiria à América Latina aumentar a competitividade de sua economia em relação ao Primeiro Mundo; porém, o balanço de décadas de ajuste fiscal de Sampaio Júnior (2005) mostra uma realidade desoladora, marcada pela ampliação do atraso econômico e acelerada precarização das condições de vida da população para enriquecimento dos grandes oligopólios econômicos internacionais.

A partir das pressões imperialistas materializadas no Consenso de Washington (de 1989), ocorre a inflexão na política econômica do início dos anos 90, quando o Brasil passa a dilapidar a CF/88 e sancionar sistematicamente medidas liberalizantes. Tais medidas levaram o país a extrema fragilidade financeira do setor público, o que diminuiu dramaticamente o raio de manobra do Estado para continuar resistindo ao impacto desagregador do novo padrão de concorrência intercapitalista sobre o parque industrial brasileiro.

Em suma, para o autor, a incapacidade de evitar os efeitos destrutivos da crise da industrialização pesada comprometeu as bases materiais, sociais e políticas do Estado nacional, colocando o Brasil diante da ameaça de processos de reversão neocolonial que interrompe o movimento de construção da nação.

Vamos abordar, então, três processos característicos da perversidade da “nova dependência” citados por Sampaio Júnior (2005): O primeiro sinal desta reversão neocolonial destacado por Sampaio Júnior (2005) é a difusão desigual do progresso técnico aumentando a defasagem tecnológica das economias atrasadas.

A segunda questão apontada pelo autor é resultado da primeira: se não temos autonomia científica e tecnológica, não temos condições de ter independência política e econômica. Ao contrário, percebemos a perda ainda maior da capacidade de autodeterminação dos Estados-nação, reflexo de perda de poder das elites nacionais, intensificando a relação de subalternidade em relação ao imperialismo.

Explica Sampaio Júnior (2005) que a situação atual é diferente daquela do no ciclo expansivo do pós-guerra, quando a estratégia de conquista dos mercados internos se deu mediante a transferência de unidades produtivas, o que levava o capital internacional a exigir espaços econômicos nacionais relativamente bem delimitados; além de permitir que, até o início dos anos oitenta, as economias mais avançadas da região apresentassem uma certa convergência tecnológica com as economias centrais.

Na era da mundialização do capital, porém, o objetivo das grandes empresas transnacionais é diluir a economia dependente no mercado global para que possam explorar as potencialidades de negócios da periferia. Por esse motivo, os gigantes da economia mundial não querem mais governos fortes nestes países, nem que as fronteiras nacionais continuem rigidamente delimitadas. Segundo o autor, o grande capital quer na periferia governos subalternos, já que seu interesse em relação a periferia do sistema se resume basicamente em:

(a) ter livre acesso aos mercados, (não importando se eles serão atendidos com produtos importados ou com produção local - a decisão depende de circunstâncias ditadas pela estratégia de concorrência de cada empresa); (b) ter o máximo de flexibilidade para aproveitar as potencialidades da região como plataformas de exportações que requerem mão-de-obra barata; (c) açambarcar das mãos do capital nacional, público ou privado, os segmentos da economia que possam representar bom negócio. (SAMPAIO JUNIOR, 2005, p.06)

Se no plano econômico o deslocamento espacial do grande capital fragiliza a força regulatória dos Estados-nação, isso se dá porque a subalternização das elites locais em relação às internacionais se amplia. Para Sampaio Júnior (2005, p. 07),

[...] Sem sustentação externa e sem base material interna para sustentar o seu poder de classe as burguesias dependentes estão se convertendo em burguesias que vivem de intermediar negócios de compra e venda de mercadorias no mercado internacional, de patrimônio público e privado e de ativos financeiros.

Por fim, Sampaio Júnior (2005) denota que as transformações no padrão de desenvolvimento capitalista intensificaram a dependência cultural, comprometendo a premissa elementar de um Estado nacional: sua existência como entidade dotada de “vontade política” própria.

3. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante dos impactos da crise estrutural do capital no capitalismo dependente latino-americano, enfrentamos um processo de reversão neocolonial que diminui a autonomia política e econômica dos Estados-nação que estão de joelhos aos ditames do grande capital.

Dentro deste contexto, assistimos à acelerada dilapidação dos direitos constitucionais no Brasil, com um aceno do governo Lula para uma desaceleração

deste processo, muito embora tenha, no plano econômico, proposto um Arcabouço fiscal que tem por primazia os interesses dos bancos sobre o fundo público brasileiro.

Nossa análise da dinâmica do capital denota a incapacidade do Estado burguês de reverter qualquer questão da crise do capital, já que toda solução às expressões da crise está para além do capital e das instituições burguesas.

No bojo destas transformações, assistimos ao desmonte do sistema de proteção social brasileiro pelo estrangulamento financeiro de um Estado-nação que prioriza os lucros de bancos internacionais em detrimento do direito de seu povo.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

FERNANDES, F. **A Revolução Burguesa no Brasil**: ensaio de interpretação sociológica. 5. ed. São Paulo: Ed. Globo, 2005.

FERNANDES, F. O que é Revolução. In: Prado Jr., C. e Fernandes, F. **Clássicos sobre a revolução brasileira**. Ed. Expressão Popular, 2000.

HARVEY, D. **A Condição Pós-moderna**. São Paulo: Edições Loyola, 1992.

HARVEY, D. **O Novo Imperialismo**. 8ª ed. São Paulo: Edições Loyola, 2014.
LÊNIN, V. I. **Imperialismo**: Fase Superior do capital. Disponível em: <https://pcb.org.br/porta1/docs/oimperialismo.pdf>. Acesso em: 6 ago. 2014.

MARX, K. **O Capital**: Crítica da Economia Política. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2011. Livro 1, v. 2.

MÉSZÁROS, I. **A Montanha que devemos conquistar**: reflexões acerca do Estado. São Paulo: Boitempo, 2015.

MÉSZÁROS, I. **A teoria da Alienação em Marx**. 1. ed. São Paulo: Boitempo, 2016.

MÉSZÁROS, I. **Estrutura Social e Formas de Consciência**. São Paulo, Boitempo. 2009.

PRADO, Jr. A Revolução Brasileira. In: Prado Jr., C. e Fernandes, F. **Clássicos sobre a revolução brasileira**. Ed. Expressão Popular, 2000.

QUIJANO, Aníbal. **Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina**. 2005. Disponível em: <https://contrapoder.net/uncategorized/material-curso-racismo-estrutural-e-capitalismo/>. Acesso em 30. Abr.2020.

SAMPAIO, Jr. P.S.A. **Ofensiva neoliberal e reversão neocolonial na América Latina**, in: Hoyos, G. (org.). Ciudadania y democracia entiempos de globalización neoliberal. Bogotá. CLACSO, 2005.